

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO - 24\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País...	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países...	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO For cada duas páginas...	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR:

Declaração:

Suspende, temporariamente, a seu pedido, o mandato à Assembleia Nacional Popular, da Deputada Maria Leonor dos Reis Santos eleita pelo círculo de S. Lourenço dos Órgãos e S. Tiago Maior.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS:

Despacho:

Designando o Camarada Orlando Fernandes Lopes Sanches para, em substituição do Camarada Fausto Loff Carvalho Silva, integrar a Comissão de Reforma Agrária do concelho de Santa Cruz.

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS:

Portaria n.º 33/86:

Institui a «Taça Solidariedade Nacional».

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E URBANISMO:

Portaria n.º 34/86:

Aprova a proposta de reestruturação dos serviços municipais.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Função Pública.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncio, judiciais e outros.

Contas e balancetes diversos.

Declaração

1. A Deputada MARIA LEONOR DOS REIS SANTOS, eleita pelo círculo de S. Lourenço dos Órgãos/S. Tiago Maior, requereu ao Presidente da Assembleia Nacional Popular, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 167.º do Regimento da Assembleia Nacional Popular conjugada com a alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º do Estatuto dos Deputados, a suspensão do seu mandato de Deputada, alegando motivo atendível.

2. Tendo em conta os fundamentos do pedido, e ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 169.º do citado Regimento, à Mesa da Assembleia Nacional Popular, na reunião ordinária do passado dia 11 de Agosto do ano em curso

DELIBEROU suspender, temporariamente, o mandato da Deputada Maria Leonor dos Reis Santos, eleita em 7 de Dezembro de 1985, pelo círculo de S. Lourenço dos Órgãos/S. Tiago Maior.

Mesa da Presidência da Assembleia Nacional Popular, na Cidade da Praia, aos 8 de Setembro de 1986. — O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Nacional Popular, José Eduardo Dantas Ferreira Barbosa.

—o—

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho

Nos termos da competência que me é atribuída pelo n.º 2 do artigo 2.º do Decreto n.º 41/83 de 4 de Junho designo o camarada Orlando Fernandes Lopes Sanches para, em substituição do camarada Fausto Loff Fernan-

des Carvalho Silva, integrar a Comissão de Reforma Agrária do concelho de Santa Cruz na qualidade de representante do Conselho Deliberativo do referido concelho.

Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, 20 de Agosto de 1986. — O Ministro, *João Pereira Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS

Portaria n.º 33/86

de 13 de Setembro

No ano de 1985, e no quadro das celebrações do 10.º Aniversário da Independência, organizou-se, pela primeira vez, na história do desporto cabo-verdiano, um torneio de futebol entre as selecções das diversas ilhas do país, conhecido pelo nome do «Torneio Inter-ilhas».

O ambiente em que a prova decorreu, a camaradagem vivida pelos atletas, o espírito de unidade, responsabilidade e de solidariedade que norteou a acção e o comportamento de todos os responsáveis e desportistas na disputa da prova, assinalaram de forma marcante, esse momento ímpar da vivência do futebol em Cabo Verde e constituíram um marco assinalável no conjunto das celebrações.

Convindo reeditar e institucionalizar estes torneios, na certeza de que através do facto desportivo, se aproximam e se estreitam também e cada vez mais os laços de unidade e solidariedade entre os atletas, desportistas, jovens e populações das ilhas do Arquipélago,

Tendo em conta a divulgação da prática futebolística em qualquer das ilhas do País,

No intuito de conferir a cada ilha a possibilidade de acolher na sua sede a realização de tal prova,

Manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Ministro da Informação, Cultura e Desportos, o seguinte:

Artigo 1.º É instituída a «Taça Solidariedade Nacional», em futebol.

Art. 2.º A «Taça Solidariedade Nacional» é uma prova disputada anualmente, entre as selecções representativas de cada uma das ilhas do País e constará do calendário de provas oficiais da Federação Cabo-Verdiana de Futebol.

Art. 3.º A «Taça Solidariedade Nacional», disputar-se-á rotativamente em cada uma das ilhas do País, desde que haja na mesma condições técnicas e logísticas de acolhimento e realização da prova.

Art. 4.º Em caso algum, se disputará a prova, em dois anos consecutivos, na mesma ilha.

Art. 5.º Compete à Federação Cabo-Verdiana de Futebol a organização e a realização da prova bem como a aprovação do respectivo regulamento e definição dos correspondentes prémios.

Ministério da Informação, Cultura e Desportos, 3 de Setembro de 1986. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E URBANISMO

Direcção-Geral da Administração Interna

Portaria n.º 34/86

de 13 de Setembro

Tendo o Conselho Deliberativo da Praia, na sua sessão ordinária de 31 de Julho do corrente ano, aprovado uma proposta de reestruturação dos serviços municipais, no âmbito dos poderes que lhe são conferidos pelo Decreto n.º 53/68, de 19 de Julho;

Vista a informação prestada pela Direcção-Geral da Administração Interna;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Administração Local e Urbanismo, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os serviços municipais do concelho da Praia distribuem-se de forma seguinte:

Direcção dos serviços administrativos e financeiros;

Direcção de serviços de administração urbanística e obras;

Direcção de serviços urbanos;

Direcção de serviços de acção sócio-cultural.

2. As direcções de serviços referidos em 1. podem compreender repartições e secções.

Art. 2.º O quadro de pessoal dos serviços municipais no concelho da Praia é o constante do mapa anexo.

Art. 3.º Fica revogado o quadro de pessoal dos serviços municipais no concelho da Praia, constante do mapa anexo à Portaria n.º 29/80, de 3 de Maio.

Art. 4.º O pessoal do quadro do Município da Praia, em exercício à data da publicação deste diploma, transitará, na mesma situação e categoria, mediante simples relação nominal aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 5.º A presente portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério da Administração Local e Urbanismo, 13 de Setembro de 1986. — O Ministro, *Tito Livio de Oliveira Ramos*.

MAPA I

Município da Praia

I — Serviços administrativos e financeiros:

Número de lugares	Designação dos cargos	Letras
1	Director de serviço	Grupo III
3	Técnicos superiores	C, D, E
3	Directores... ..	C, E, F
3	Técnicos profissionais de 1.º nível.	H, J, J,
1	Jornalista... ..	H, J, ..., N
3	Tesoureiros	H, J, L, O
6	Chefes de secção	J
1	Fotógrafo	J, M, N, S

Número de lugares	Designação dos cargos	Letras	Número de lugares	Designação dos cargos	Letras
6	Primeiros oficiais...	L	3	Encarregados de serviços de higiene e limpeza ...	N, P, Q,
2	Arquivistas ...	L, N, Q	10	Condutores-auto pesados ...	N, P, R
10	Segundos oficiais ...	N	1	Mestre de matança ...	P, R, S
15	Terceiros oficiais ...	Q	6	Auxiliares de consumo de água ...	P, R, S, T
6	Técnicos auxiliares de administração...	M, N, O	15	Bombeiros ...	O, P
20	Escriturários-dactilógrafos ...	P, Q, S	4	Condutores auto-ligeiros ...	Q, R, S
8	Agentes administrativos...	Q	6	Ajudantes de canalizadores ...	Q, R, S, T
2	Condutores auto-ligeiros ...	Q, R, S	2	Aferidores de contadores de água.	Q, R, S, T
1	Recepcionista ...	S	2	Encarregados de cemitérios ...	R, S
1	Telefonista...	S	3	Magarefes ...	S, T, U
10	Zeladores ...	T	12	Guardas-coveiro ...	T, U
1	Porteiro ...	T	10	Jardineiros ...	T, U
4	Serventes ...	U	40	Vigilantes ...	T, U
			20	Auxiliares de mercados ...	T, U
			60	Guardas ...	T, U
			50	Varredores ...	U
			4	Serventes ...	U

II — Serviços de Administração Urbanismo e Obras:

1	Director de serviço ...	Grupo III
6	Técnicos superiores ...	C, D, E
3	Técnicos ...	E, F, G
3	Técnicos profissionais de 1.º nível	H, I, J, L
4	Chefes de trabalhos ...	I, K, L, M
3	Mecânicos...	J, K, M, N
2	Electricistas ...	I, K, M, N
2	Bate-chapas ...	I, K, M, N
1	Pintor-auto ...	I, K, M, N
1	Soldador de electrogénio ...	I, K, M, N
3	Técnicos profissionais de 2.º nível.	J, K, L, N
1	Serralheiro mecânico ...	J, K, L, N, Q
2	Operadores de máquinas pesadas	J, K, L, N, Q
1	Pintor...	J, K, L, N, Q
2	Canalizadores ...	J, K, L, N, Q
2	Asfaltadores ...	J, K, L, N, K
2	Ferreiros ...	J, K, L, N, Q
3	Calcetelros...	J, K, L, N, Q
1	Supervisor de oficina ...	K
6	Técnicos auxiliares...	L, M, N, Q, S
10	Fiscais de obras ...	L, N, Q
6	Condutores auto-pesados ...	N, P, R
2	Fiel de armazém ...	N, Q, S
4	Condutores auto-ligeiros ...	Q, R, S
3	Ajudantes de mecânico ...	Q, R, S, T
2	Ajudantes de canalizador ...	Q, R, S, T
1	Ferramenteiro...	Q, R, S, T
2	Auxiliares de electricista ...	T, U
6	Auxiliares de obras ...	T, U
10	Vigilantes ...	T, U
2	Serventes ...	U

III — Serviços Urbanos:

1	Director de serviço ...	Grupo III
4	Técnicos superiores ...	C, D, E
3	Técnicos ...	E, F, G
1	Comandante de bombeiros...	G, H, J
4	Técnicos profissionais de 1.º nível.	H, I, J, L
3	Chefes de trabalhos ...	I, K, L, M
3	Técnicos profissionais de 2.º nível.	J, K, L, N
6	Canalizadores ...	J, K, L, N, Q
2	Ferreiros ...	J, K, L, N, Q
2	Operadores de máquinas pesadas	J, K, L, N, Q
1	Supervisor de oficinas...	K
3	Técnicos auxiliares...	L, M, N, Q, S
3	Sub-chefes de bombeiros ...	L, N
4	Leitores cobradores ...	L, N, O, Q
10	Fiscais...	L, N, Q
3	Encarregados de mercados e feiras	L

IV — Serviços de acção sócio-cultural

1	Director de serviço ...	Grupo III
1	Técnico superior ...	C, D, E
1	Director ...	C, E, F
2	Técnicos ...	E, F, G
3	Técnicos profissionais de 1.º nível.	H, I, J, L
1	Técnico operador cinematográfico.	H, I, J, L
1	Regente de banda ...	H, K, L
1	Monitor de educação física ...	J, K, L
3	Animadores sociais ...	J, L, M
1	Bibliotecário ...	L, N, Q
6	Operadores cinematográficos ...	N, P, R
6	Bilheteiros ...	S, T
6	Porteiros ...	T, U
6	Vigilantes ...	T, U
3	Guardas ...	T, U
12	Serventes ...	U

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado
da Administração Pública

Direcção-Geral da Função Pública

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 30 de Outubro de 1985:

Carlos Alberto Rendall Neves — integrado definitivamente na Função Pública, nos termos do Decreto n.º 134/81, de 31 de Dezembro, como chefe de secção, do Instituto Nacional das Cooperativas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento do Instituto Nacional das Cooperativas. — (Anotado pelo Tribunal de Contas, em 5 de Setembro de 1986).

De 9 de Dezembro:

Jacinto Abreu dos Santos — integrado definitivamente na Função Pública, nos termos do Decreto n.º 134/81, de 31 de Dezembro, como técnico profissional de 1.º nível de 1.ª classe, do Instituto Nacional das Cooperativas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento do Instituto Nacional das Cooperativas. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 5 de Setembro de 1986).

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 21 de Julho de 1986:

Manuel de Deus Almada Freitas, oficial de diligências de 2.ª classe, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 29 de Agosto de 1986).

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 16 de Julho de 1986:

Elísio Waldesanto Silva, técnico principal, de nomeação definitiva do Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado das Pescas — transferido, a seu pedido para a Direcção-Geral da Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 9 de Setembro de 1986).

Despacho do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 4 de Setembro de 1986:

José Gabriel Delgado Vicente Lima, técnico superior de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — promovido, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos a partir de 12 de Julho de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.º, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Setembro de 1986).

Despacho do Camarada Ministro da Indústria e Energia:

De 17 de Junho de 1986:

Eduarda de Sá Nogueira Radwan, técnica superior de 3.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral de Energia — promovida, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, à classe imediata, com efeitos retroactivos a partir de 2 de Junho do corrente ano.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Setembro de 1986).

Despacho do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 12 de Agosto de 1986:

Luisete Correia da Costa Almeida, técnica profissional de 1.º nível (enfermeira) da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 24 de Julho de 1986, que é do seguinte teor:

«Apresentada. Apta a retomar o serviço. A Junta considera justificadas as faltas dadas até à presente data».

Extracto de contrato de prestação de serviços:

De 18 de Abril de 1986:

Marina Barata Oliveira Franco Leal — contratada, a título de cooperação técnica e científica, para prestação de serviço no Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais como fisioterapeuta, com direito ao salário mensal de 13 750\$ (treze mil, setecentos e cinquenta escudos).

O presente contrato é válido por um ano a partir de 18 de Abril do corrente ano, podendo ser renovado por mútuo acordo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Agosto de 1986).

RECTIFICAÇÃO

Por ter saído de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 33/86, o despacho do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais de 27 de Junho do corrente ano, referente à promoção de Luís Mendes Barreto, técnico auxiliar de 2.ª classe, de nomeação provisória da Direcção-Geral de Saúde, novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

«...técnico-auxiliar de 1.ª classe...»

Deve ler-se:

«...técnico-auxiliar de 2.ª classe...»

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 0 de Setembro de 1986. — O Director-Geral, Noel Monteiro de Sousa Pinto.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Repartição de Finanças do Concelho da Praia

EDITAL

Contribuição Industrial

Joaquim Vieira Furtado, secretário de Finanças do Concelho da Praia:

Faz saber aos contribuintes do concelho da Praia, que tendo sido fixados, nos termos do artigo 28.º do Regulamento da Contribuição Industrial, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1542, de 12 de Junho de 1963, os seus rendimentos ilíquidos presumíveis que hão-de servir de base ao lançamento da contribuição industrial para o ano de 1987, podem reclamar, nos termos do artigo 32.º do mesmo Regulamento, para o secretário de Finanças, se acharem exagerado o rendimento fixado, até 20 de Setembro corrente.

Durante esse período de reclamação, os rendimentos tributáveis fixados estarão patentes aos contribuintes.

Para constar, este edital e outros de igual teor vão ter a devida publicidade.

Repartição de Finanças do Concelho da Praia, 3 de Setembro de 1986. — O secretário de Finanças, Joaquim Vieira Furtado, director de Finanças de 2.ª classe.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia

(2.ª publicação)

EXTRACTO

Jorge Rodrigues Pires, notário do Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, República de Cabo Verde.

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas número 37/A, de folhas noventa e três a noventa e quatro, verso, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial com a data de vinte e oito de Agosto do ano em curso, na qual José de Deus Mendes Barros, divorciado, funcionário da Embaixada dos Estados Unidos de América, natural da ilha do Fogo, residente nesta cidade da Praia, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor do seguinte prédio «prédio urbano, moradia, rés-do-chão, situado em Achada de Santo António, Aquele-Lém, construído de alvenaria de pedra basáltica assente com argamassa de cimento e areia, divisórias de blocos com estrutura de betão armado, rebocado e pintado dentro e fora, composto pelas seguintes partes entre si ligadas por uma escada interior, uma varanda frontal, dois corredores, sala de visitas, três quartos de dormir, casa de banho, sala de jantar, cozinha e uma cave com dois compartimentos, ocupando uma área de cento e noventa e dois metros quadrados, que confronta do Norte com Mário José Matias Vieira Gonçalves, do Sul com Manuel Reis de Barros, do Leste com uma rua pública e José Carlos Mendes, com o rendimento colectável de trinta mil e seiscentos escudos e o valor matricial de seiscentos e doze mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe da Praia, conforme se vê da certidão negativa lá passada e que arquivo.

Que o outorgante não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas por título de aquisição originário, por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título escrito vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos trinta do mês de Agosto do ano de mil novecentos e oitenta e seis. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

Conta:

Art.º 18.º, 1. e 2.º	80\$00
C. G. J. (10%)	8\$00
T. R.	3\$00
Selos	45\$00=136\$00

(São: cento e trinta e seis escudos).
Conf. por, A. Coelho. Reg. sob o número 5038/86.

(266)

FAMA — Fábrica de Massas de Cabo Verde, S.A.R.L. Mindelo — S. Vicente

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do artigo 16.º dos Estatutos, convoco os **Senhores Accionistas para se reunirem em assembleia-geral ordinária, no dia 26 de Setembro, pelas vinte horas, na sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola, de Barlavento, nesta cidade do Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:**

Discutir, aprovar ou modificar o relatório, o balanço e as contas do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal relativos aos exercícios de 1984 e 1985.

Mindelo, 29 de Agosto de 1986. — Pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Ricardino Vasconcelos*.

(267)

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

Confecções Morabeza, S. A. R. L.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 16.º dos Estatutos, convoco os Senhores Accionistas a reuniem-se em Assembleia Geral Ordinária, no dia 18 de Março de 1986, pelas vinte horas e trinta minutos, na sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola, nesta cidade do Mindelo, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Discussão, modificação e/ou aprovação do Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Exercício de 1985;

2 — Diversos.

Mindelo, 24 de Fevereiro de 1986. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Filinto Jôia Martins*.

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 1985 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos estatutários e legais temos o prazer de apresentar aos Senhores Accionistas o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício de 1985.

1 — *Dividendo e resultados*

O lucro líquido apurado no exercício foi de 17 072 contos, cerca de cinco vezes superior ao do exercício anterior.

Para dividendo propomos o valor de 200\$ por acção ou seja de 20% do capital investido.

2 — *Actividade Comercial*

Mercado Externo — como já havia sido referido no Relatório do exercício anterior, o mercado externo constitui a área de maior actividade comercial de empresa.

Efectivamente, exportou-se o valor de 138 814 contos, representando 78% do total das vendas.

Cumpridas a contento todas as cláusulas do contrato de exportação, o maior até esta aceite pela empresa, está-se a negociar a sua eventual renovação certos de que do sucesso desta operação e muito depende o futuro da empresa.

Negociadas e concluídas em 1985 foram também 3 vendas a clientes noruegueses, a título experimental, cujos fornecimentos se iniciaram em princípio de 1986. Contudo, as enormes dificuldades encontradas a nível de estruturas nacionais desencorajam a continuação de operações do género. Estão sendo, por conseguinte, tomadas medidas tendentes a alertar os sectores públicos competentes para a situação, solicitando as medidas correctivas julgadas convenientes.

Mercado Interno — apesar de ser notória a baixa do poder de compra do mercado interno, as vendas do ano situaram-se acima das expectativas. Efectivamente, conseguiu-se atingir o montante de 38 093 contos (contra os 29 204 previstos no orçamento de vendas para o período).

3 — *Pessoal*

Durante a encomenda de exportação a empresa empregou um efectivo de mão-de-obra directa de mais do dobro do efectivo normal (+ 115%), passando de 91 para 196 o número das operárias.

Com a finalização da encomenda a mão-de obra complementar foi licenciada.

Contudo, a atingir-se bom termo nas negociações em curso, ter-se-ia que passar do efectivo de 91 para 373 (mais do que quadruplicar) visto que, neste caso, haveria de trabalhar dois turnos para fazer face quer ao regular abastecimento do mercado interno, quer à redução do prazo de entrega. Neste caso e à semelhança do que já havia sido feito

anteriormente, teria a empresa que efectuar testes, selecção e treino de pessoal de modo a recrutar mais 200 novas operárias para além das já formadas.

Durante o exercício distribuíram-se prémios de produtividade e de assiduidade ao pessoal directo que atingiram o montante de 2029 contos (mais de 9% do valor total das remunerações e salários). Isto influenciou, directamente, os ganhos em custos de produção que, de certo modo, contrariaram os efeitos da descida do dólar (moeda em que foi negociado o contrato de exportação).

4 — Análise económico-financeira

A análise económico-financeira deste exercício e a sua evolução relativamente aos anteriores, traz modificações significativas em todos indicadores (ver quadros anexos), fundamentalmente, devido ao salto verificado no volume de vendas que, naturalmente, provocou efeitos de arrastamento nas outras rubricas.

Comparando, resumidamente, alguns desses indicadores com o ano de 1983 (que foi o preferido para comparação em virtude da quase generalizada recessão verificada em 1984), poderemos constatar o seguinte:

- As vendas aumentaram 3,5 vezes e os resultados líquidos cresceram 5 vezes.
- Entretanto o valor do activo apenas aumentou de 9%.
- Pela análise da estrutura da demonstração de resultados se constata que, com excepção do custo industrial dos produtos fabricados e vendidos, todas as outras rubricas perdem peso relativo de forma bastante significativa. Aliando este facto à quase manutenção do activo, conclui-se do efeito travagem que a sub-actividade tem exercido no desenvolvimento da empresa nos anos recentes. Notar a rubrica despesas com o pessoal cujo valor relativo representa a metade do ano anterior.
- A rentabilidade das vendas atingiu 10% do valor das vendas (contra os 7,2% e 6,5% dos anos anteriores).
- A rentabilidade dos capitais passa, no triénio (1983/85) de 16% para 43%, originando, principalmente, pela rotação do activo que passa de 67% em 1983 para 186% em 1985.
- A cobertura do Imobilizado é sobejamente conseguida pelos Capitais Permanentes, agora, contudo, com uma nitida e salutar predominância dos Capitais Próprios. Notar que a Capacidade de Endividamento melhora de 3,1 para 1,5 ou inversamente, que os Capitais Próprios representam 32% dos Capitais Permanentes em 1983, passando em 1985 para 67%.
- A Rentabilidade do Activo cresce para quase quatro vezes mais (7% para 26,1%).
- A Rentabilidade das Acções duplica em relação a 1983 (de 10% para 20%). Contudo, para o Accionista, mais do que este acréscimo da Rentabilidade das Acções, contará, pensamos; a constatação do real crescimento da empresa, valorizando crescentemente os valores investidos. Efectivamente, os 18 000 contos do Capital Estatutário, em termos do Activo Total transformam-se em cerca de 40 000 contos de Capitais Próprios fruto do crescimento e desenvolvimento da empresa que, para além disto, dispõe de um património próximo dos 100 000 contos (em valores contabilísticos não actualizados).

Atentado no Mapa de Origem e Aplicação de Fundos, se constata que a origem dos fundos é predominante proveniente do autofinanciamento da empresa 77% do total das origens) e dos aumentos da Situação Líquida.

- O Valor Acrescentado Bruto passa de 39 000 para 85 000 contos.
- Os empréstimos bancários, na sua globalidade apresentam este ano o seu ponto mais baixo, em valores absolutos, invertendo uma tendência de crescimento que se vinha manifestando nos anos anteriores.

A redução dos empréstimos bancários, vista no quadro das actividades gerais da empresa é, aliás, um sinal bastante inequívoco do esforço dispendido. O exercício de 1985 foi caracterizado por um nível de investimento apreciável:

- 8 600 contos em Fundos Circulantes;
- 4 698 contos em redução de Débitos de M/L Prazo;
- 4 476 contos em aquisição de Imobilizações.

Normalmente, o financiamento dos Activos devem ser feitos por Passivos com igual grau de permanência na empresa. Assim, parte das aplicações deveria ser financiado com recurso aos Créditos de M/L Prazo; valorizando os capitais próprios da empresa noutras áreas (tesouraria activa).

Tivesse isso sido possível (e só não foi porque a urgência do contrato de exportação não se compadecia com a morosidade do processo de financiamento), e os Débitos Bancários de Curto Prazo teriam uma expressão bem menor. Contudo será de notar que a empresa utilizou 95 000 contos de empréstimos bancários de Curto Prazo e liquidou 104 770 contos (para além das parcelas de médio e longo prazo que se venceram no ano).

5 — Proposta de aplicação de resultados:

Para aplicação dos resultados propõe-se:

Reserva Legal	853 625\$20
Reserva Re-equipamento	5 700 000\$00
Reserva Flutuações de Câmbio	5 596 662\$22
Gratificações ao pessoal da Empresa ...	1 449 000\$00
Gratificações aos Corpos Sociais:	
Ao Conselho de Admnist. 150 000\$00	
Ao Conselho Fiscal	270 000\$00
Dividendo	3 203 216\$70
<hr/>	
Soma	17 072 504\$12

As gratificações ao pessoal representam o equivalente a um mês de salários e destinam-se a premiar o esforço e dedicação na execução da encomendas de exportação concluída.

A reserva para flutuações de câmbios destina-se a precaver eventuais, riscos de câmbio, na eventualidade de renovação do contrato de exportação que, por imposição do cliente, será em dólares americanos, moeda cuja cotação continua em crescente declínio.

Quanto ao dividendo e, apesar de que, logo após a aprovação desta proposta, os mesmos estarão a pagamento à boca do cofre, recomenda-se aos senhores accionistas a sua capitalização, como forma de se conseguir realizar a totalidade do capital social que foi fixado há quatro anos, em 23 000 contos, sem que se tivesse logrado esse intento ainda, apesar do longo lapso do tempo já passado.

6 — Notas finais:

O ano que passou constitui uma prova da viabilidade da empresa e da sua capacidade de contribuir significativamente para a economia nacional e, na medida da sua dimensão, para a solução de problemas sociais.

Para que isso aconteça, contudo, será necessário o apoio firme das entidades e organismos oficiais e a criação de condições estruturais mínimas dentro das quais a empresa se possa articular. O mercado interno, ao absorver apenas cerca de 30% da capacidade instalada de produção não poderá servir nunca aos objectivos de desenvolvimento pretendidos.

Em 1985 foi a empresa seleccionada para concorrer à Medalha de Ouro Internacional à Qualidade. Para isso enviou já para Espanha alguns produtos da sua fabricação para serem presentes ao júri de classificação. Independentemente dos resultados que possam a ser conseguidos, pensamos que só o facto de a empresa ter sido seleccionada já representa uma distinção digna de nota.

Como resultado da participação no SITHA (Salon International du Textil et de l'Habillement d'Afrique), em Abidjan, a empresa passará a usufruir do apoio da firma francesa Carlin International, o segundo maior gabinete de estilismo de Paris. Os resultados que daí certamente advirão, serão positivos e reflectir-se-ão na melhoria da imagem de marca.

Por proposta da Direcção-Geral da Empresa o Conselho de Administração aprovou um voto de louvor ao pessoal da mesma pela forma dedicado e competente como actuou no exercício proporcionando os bons resultados obtidos.

Mindelo, 5 de Março de 1986. — O Conselho de Administração, MOAVE, Moagem de Cabo Verde, sarl, Presidente — Ricardo José Serradas & C.ª Ld.ª, Vice-Presidente — Estado de Cabo Verde, Administrador.

Código de contas	Activo	Activo bruto	Prov. + amort. e reint. acum.	Activo líquido	Código de contas	Passivo	
	Disponibilidades:					Débitos de curto prazo:	
11	Caixa	165 658\$20		165 658\$20	21	Clientes c/gerais	598 456\$10
12	Depósitos à ordem	4 588 716\$84		4 588 716\$84	22	Forneced. c/gerais	3 258 997\$70
					22	Forneced. c/gerais - FDN	3 088 000\$00
		4 754 375\$04		4 754 585\$04	235	Emprést. bancários	17 767 840\$20
	Créditos de curto prazo:				24	Sector púb. estatal	708 624\$40
21	Clientes c/gerais	11 062 017\$78	1 808 214\$59	9 253 803\$19	257	Accion. c/corrente	66 752\$40
22	Fornecedores c/gerais	764 000\$00		764 000\$00	26	Outros cred. c/gerais	— \$ —
251	Accionistas c/subscrição	1 762 000\$00		1 762 000\$00	29	Prov. p/outr. risc. e enc.	10 006.694\$44
26	Outros devedores e credores	147 051\$30		147 051\$30		Débitos médio e l. prazo	35 585 365\$14
		13 735 669\$08	1 808 214\$59	11 926 854\$49	235	Empréstimos bancários	4 378 069\$20
	Existências:				26	Credores p/forn. imob. - FDN	14 795 143\$40
33	Prod. acab. e semi-acab.	20 533 395\$58	2 053 339\$58	18 480 056\$22		Total do passivo	54 758 567\$74
35	Prod. e trab. em curso	7 546 863\$20	754 686\$32	6 792 176\$88		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
36	Mat. primas subs. e cons.	37 438 885\$23	3 271 381\$88	34 167 503\$35		CAPITAL E PRESTAÇ. SUPLEM:	
		65 519 144\$23	6 079 407\$78	59 439 736\$45	52	Capital Estatutário	23 000 000\$00
	Imobilizações corpóreas:					Capital por realizar	(5 000 000\$00)
422	Edifícios e outr. const.	9 831 639\$80	1 224 395\$52	8 607 244\$28		RESERVAS	18 000 000\$00
423	Equip. básico e outr. maq. e inst.	20 966 635\$10	14 103 716\$30	6 862 918\$80	551	Reserva Legal	593 868\$10
424	Ferram. e utensílios	118 272\$23	35 482\$86	82 789\$44	552	Reservas Estatutárias... ..	218 443\$80
425	Mat. de carga e transp.	463 516\$80	292 771\$20	170 745\$60	561	Reserva de Equipamento	3 683 055\$37
426	Equip. admin. soc. e mob. div.	4 111 502\$00	1 638 503\$28	2 472 998\$72	562	Reserva p/Flut. Câmbios	419 488\$89
		35 491 566\$00	17 294 869\$16	18 196 696\$84		RESULTADOS LÍQUIDOS	4 914 856\$16
	Imobilizações incorpóreas:				81	Resultados Corr. Exerc.	11 104 909\$94
433	Gastos de inst. e expans.	2 387 798\$40	2 387 798\$40	— \$ —	82	Resul. Etra. do Exerc.	5 942 403\$38
	Imobilizações em curso:				83	Resul. Exerc. Anteriores	25 190\$80
44	Imobilizações em curso	424 113\$30		424 113\$30		TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA.	39 987 360\$28
	Custos antecipados:					PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA...	94 745 928\$02
27	Despesas antecip.	4 151\$90		4 151\$90		RESP. LETRAS DESCONT.	1 539 661\$40
	Total de provisões		7 887 622\$37				
	Total amortiz.		19 682 667\$56				
	Total do activo	122 316 217\$95	27 570 289\$93	94 745 928\$02			
	Letras descontadas		1 539 661\$40				

Demonstração dos resultados líquidos do exercício económico de 1985

Código das contas					Código das contas		Deduções em vendas		
	Existências iniciais					Vendas de mercadorias e produtos:			
36	Matérias primas, subs. e de cons. (+)	31 875 339\$50			711	Vendas de mercad. e produtos...	158 985 408\$80	2 124 923\$40	176 860 485\$40
					713	Vendas de subprod. res. e ref....	31 597\$00		31 597\$00
					719	Vendas diversas	15 512\$28		15 512\$28
	Compras						179 032 518\$08	2 124 923\$40	176 907 594\$68
61	Mat. primas, subs. e de cons. (+)	102 455 728\$50				VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO			
	Regularização de existências					Existências finais:			
386	Mat. primas, subs. e de cons. (+)	93 135\$38			33	Produtos acabad. e semi-acab. ...	20 533 395\$80		
					35	Produtos e trab. em curso...	7 546 863\$20		
							28 080 259\$00		
	Existências finais					Regularização de existências:			
36	Mat. primas, subs. e de cons. (-)	37 438 885\$23			383	Produtos acabad. e semi-acab. ...	93 332\$69		
	Custo das exist. vendidas e cons. ...						93 332\$69		
61	Mat. primas' subs. e de consumo	96 985 318\$15			33	Produtos acabad. e semi-acab. ...	27 874 877\$70		
62	Sub-contratos	834 800\$00	97 820 118\$15		35	Produtos e trab. em curso...	5 084 219\$53		
63	Fornecimentos e serv. de terc. ...	8 832 427\$80					32 959 097\$23		
641	Impostos indirectos	114 121\$30	8 946 549\$10	106 766 667\$25	33	Produtos acabad. e semi-acab. ...	(7 434 814\$59)		
					35	Produtos e trab. em curso...	2 462 643\$67		
642	Impostos directos	272 560\$00					(4 972 170\$92)		(4 972 170\$92)
65	Despesas c/o pessoal	34 466 761\$60				Trabalhos p/a prop. empresa.			
66	Despesas financieras	7 657 195\$20			732	Trabalhos p/imob. corpóreas ...			70 715\$00
67	Outras despesas e encargos	652 223\$90	43 048 740\$70			Utilização de provisões:			
68	Amortizações e renit do exercício ...	3 452 288\$28			792	Utilização de prov. p/dep. exis.			703 628\$00
69	Provisões do exercício	8 337 160\$59	11 789 448\$87	54 838 189\$57		(B)			172 709 766\$76
	(A)			161 604 856\$82					
82	Pedras extraordinarias do exerc. ...	3 066 873\$19			82	Ganhos extraor. do exercício...	9 009 276\$57		
83	Pedras de exercicios anteriores ...	33 952\$20	3 100 825\$39	3 100 825\$39	83	Ganhos de exerc. anteriores ...	59 143\$00		9 068 419\$57
88	Resultados líquidos			17 072 504\$12					
	Total			181 778 186\$33		Total			181 778 186\$33
	Resultados Correntes do Exercício -- (E-A) --			11 104 909\$94					

Demonstração dos resultados extraordinários do exercício

Código de conta				Código de conta			
828	Outras perdas extraordinárias:			824	Reposições e anul. de prov.		5 968 039\$41
8281	Perdas anormais em exis.	1 438 989\$89		829	Outros ganhos extraordinários:		
8286	Diferenças cbio. desfav.	1 361 283\$30		8291	Ganhos anorm. em existên.	1 672 992\$56	
8288	Donativos	266 600\$00	3 066 873\$19	8296	Diferenças cbio. favoráv.... ..	1 361 283\$30	
	Result. extra. exercício.		5 942 403\$38	8299	Ganhos extr. não especif.	6 961\$30	3 041 237\$16
			9 009 276\$57				9 009 276\$57

Demonstração dos resultados de exercícios anteriores

Código da conta			Código da conta		
838	Perdas imput. a exerc. anteriores		839	Ganhos imput. a exer. anteriores	
		33 952\$20			59 143\$00
		25 190\$80			
		59 143\$00			59 143\$00

Variação dos elementos dos fundos circulantes

Activas			Passivas		
Aumento de existências:			Diminuição de existências:		
Produt. e trab. em curso ...	2 462 643\$67		Prod. acabados e semi-acab.		7 341 481\$90
Mat. primas subs. e cons. ...	5 563 545\$73	8 026 189\$40	Redução dos cred. c/prazo:		
Aumento dos cred. de c/prazo:			Emprést. concedidos	17 566\$20	
Clientes c/gerais	5 958 287\$08		Accionis. c/corrente	24 530\$90	
Forneced. c/gerais... ..	696 751\$20	7 489 038\$28	Outros deved. e credores ...	299 461\$70	376 901\$70
Accionist. c/subscrição	834 000\$00		Despesas Antecipadas	35 342\$90	
Redução de débitos a c/prazo:			Aumento dos débitos c/prazo:		
Empréstimos bancários ...	4 536 728\$80		Clientes c/gerais	336 122\$50	
Sector público estatal	672 241\$70		Forneced. c/gerais	794 343\$60	6 494 875\$10
Accionist. c/corrente	42 115\$70		Provisão p/outr. risc. e enc.	5 364 409\$00	
Outros deved. e cred.	182 437\$20		Diminuição de disponibilid. ...		— \$ —
Aumento de disponibilidades.		1 863 939\$80	Aumento dos fundos circul.		8 599 432\$18
Redução dos fundos circul.		— \$ —			
Total		22 812 690\$88	Total		22 812 690\$88

Mapa de origem e aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 1985

Origem dos fundos			Aplicação dos fundos		
Internas:			Distribuições:		
Resultados Líquidos	17 072 504\$12	16 825 876\$58	Por aplicação de resultados.	3 391 011\$79	3 949 161\$59
Amortiz. e Reint. do Exercício	3 452 288\$28		Por aplicação de reservas ...	151 534\$80	
Variação de Provisões	(3 698 915\$82)		Por aplicação de Result. Transitados... ..	406 615\$00	
Externas:			Movimentos financ. a médio e l/pr.:		
Aum. de Capital e Prest. líquida:		4 897 189\$29	Redução de débitos a méd. e l/pr.:		4 697 840\$20
Aum. de Capital e Prest. Supl.	3 000 000\$00		Fornecedores c/gerais (FND)	1 930 000\$00	
Aum. de Reserva de Reequip.	1 156 615\$00		Empréstimos bancários... ..	2 767 840\$20	
Aum. de Res. p/Flutuaç. Cbio	419 488\$89	4 897 189\$29	Investimentos:		
Aum. de Reservas Legais ...	169 550\$60		Trab. da empresa p/ela própria	70 715\$00	
Cobertura de prejuízos... ..	151 534\$80			70 715\$00	
			Aquisições de imobilizações:		
			Edifícios e outr. constr. ...	473 200\$00	
			Equip. básico outr. máq. e inst.	2 614 292\$90	
			Ferramentas e utensílios ...	47 255\$40	
			Eq. admin. soc. e mob. diverso	847 055\$30	
				424 113\$30	
				4 405 916\$90	4 476 631\$90
			Aumento dos fundos circulantes		
					8 599 432\$18
		21 723 065\$87			21 722 065\$87

Balanças comparados

	1983	1984	1985
1 — Disponível:			
Cx.... ..	335 866 00	168 196 60	165 658 20
Depós. a ordem.	3553 504 64	2 722 238 64	4 588 716 84
	3889 370 64	2 890 435 24	4 754 375 04
2 — Créditos de c/P:			
Clientes... ..	8152 507 50	5 103 730 70	11 062 017 78
Fornecedores ...	662 595 30	67 248 80	764 000 00
Empr. conc e obt.	75 569 20	17 566 20	—
Acc. c/subscr. ...	2600 000 00	928 000 00	1 762 000 00
Accion. c/corr. ...	—	24 530 90	—
Outr. dev. e cred.	398 822 20	446 513 00	147 051 30
	11 286 494 20	6 587 589 60	13 735 069 08
Provisões	833 126 79	808 214 59	1 808 214 59
	10 453 331 41	5 779 375 01	11 926 854 49

	1983	1984	1985
3 — Existências:			
Prod. acab e s.-acab.... ..	20 424 554 00	27 874 877 70	20 533 395 80
Prod. e trab em c	4 061 938 90	5 084 219 53	7 546 864 20
Mat. pr. subs. e cons.... ..	33 942 713 34	31 875 339 50	37 438 885 23
	58 429 206 24	64 834 436 73	65 519 144 23
Provisões	6 049 963 80	10 778 323 60	6 079 407 78
	51 479 242 44	54 056 113 13	59 439 736 45
4 — Imobilizações:			
Edif. e outr. cons.	9 337 439 90	9 358 439 80	9 831 639 80
Eq. bás. o. m. i.	19 115 453 90	18 281 627 20	20 966 635 10
Ferram e utens.	70 126 90	71 016 90	118 272 30
Mat. carga e tr.	463 516 80	463 516 80	463 516 80
Eq. ad. soc. m. di.	3 156 466 70	3 264 446 70	4 111 502 00
Gastos inst exp.	2 387 798 40	2 387 798 40	2 387 798 40
	34 530 802 50	33 826 845 80	37 879 364 40

	1983	1984	1985
Amortiz.	13 562 176 38	16 230 379 28	19 682 667 56
	20 968 626 12	17 596 466 52	18 196 696 84
Imob. em curso.	—	—	424 113 30
	20 968 626 12	17 596 466 52	18 620 810 14
5 -- Custo antecip.:			
Desp. antecip. ...	40 981 00	39 494 80	4 151 90
4 -- Total do activo ...	86 831 551 61	80 361 884 70	94 745 928 02
A -- (1+2+3+5) --			
c. circ.	65 862 925 49	62 765 418 38	76 125 117 88
B -- (1+2+5) -- disp			
+ c c/P... ..	14 383 683 05	8 709 305 08	16 685 381 43
Resp. p/letras desc.	4 229 754 90	5 362 069 50	1 539 661 40
7 -- Débitos de c/pr:			
Clientes c/gerais	21 332 60	262 333 60	598 656 10
Adiant. de client.	217 560 00	—	—
Forneced c/ger.	883 833 90	5 552 654 00	6 346 697 60
Fornec. c/f. r. c.	432 120 60	—	—
Emprést. bancár.	17 820 980 70	22 304 569 00	17 767 840 20
Sect. público est.	364 539 00	1 380 866 10	708 624 40
Accion. c/corr.	225 672 20	108 869 10	66 752 40
Outros credores	275 208 80	182 437 20	—
Prov. p/o. r. enc.	4 784 640 44	4 732 285 44	10 096 694 44
	25 025 888 24	34 524 013 44	35 585 365 14
8 -- Débitos de m/l. prazo:			
Fornec. c/c. FDN	17 379 901 90	1 930 000 00	—
Fmpr. Bancários.	9 680 468 40	7 145 399 40	4 378 059 20
Credores p. f. Im.	—	—	—
-- (FDN)	14 795 143 40	—	14 795 143 40
	41 855 513 70	23 871 042 80	19 173 202 60
Total do passivo.	66 881 401 94	58 395 036 24	54 753 467 74
9 -- Capital Estatut.	15 000 000 00	15 000 000 00	18 000 000 00
10 -- Reserv. e res. tr.			
Res. legal	480 461 50	642 761 30	812 311 90
Res. Estatutários	—	—	—
Res. p/reequip ...	817 077 87	2 526 440 37	3 683 055 37
Res. p/flut. câm.	—	—	419 488 89
Res. transit. ...	406 615 00	406 615 00	—
	1 704 154 37	5 575 816 67	4 914 856 16
11 -- Resul. líquidos:			
Res. cor. do exer.	3 553 557 80	6 655 896 65	11 104 909 94
Res. extra. do ex.	(307 562 50)	1 582 963 76	5 942 403 38
Res. de exer. ant.	—	10 629 872 20	25 190 80
	3 245 995 30	3 391 011 79	17 072 504 12
Total sit. líq. ...	19 950 149 67	21 906 828 46	39 987 360 28
12 -- Pass. + sit. líq. ...	86 831 551 61	80 361 884 70	94 745 928 02
C -- Capit. permanent.			
-- (C. P.)	51 805 663 37	45 837 871 26	59 160 562 88
D -- Capitais alheios			
-- (C. A.)	66 881 401 94	58 395 056 24	54 758 567 74

Demonstração de resultados comparados

	1983	1984	1985
Vendas de merc. e prod.:			
Venda de merc. e prod.	49 960 733 34	52 772 813 30	178 985 408 80
Vendas de subpr.	—	75 465 20	31 597 00
R. R.	—	13 803 00	15 512 28
Vendas diversas...	—	—	—
	49 960 733 34	52 862 081 50	179 032 518 08
Desc. devol. e abatim. em vendas:	—	5 902 307 80	2 124 923 40
	49 960 733 34	46 959 773 70	176 907 594 68
Trab. p/a propr. emp.	12 978 00	—	70 715 00
Subsid. dest. a expl.	—	349 750 00	—
Rec. suplementares	4 456 10	—	—
Rec. financ. corr.	30 916 60	—	—
Outr. rec.	3 291 09	—	—
Utilização de prov.	—	5 483 218 30	703 628 00
Varição de exist.:			
Prod. acab e S. A.	7 081 492 90	7 229 150 22	(7 434 814 59)
Prod. e trab. em C.	732 499 00	1 022 280 63	2 462 643 67
	7 813 691 90	8 251 430 85	(4 972 170 92)
Ganhos extra explor.	—	14 212 417 45	9 068 419 57
Total	57 826 066 94	75 256 590 30	181 778 186 33
Custo exist. vend. cons.:			
Exist. inic. M. P. S. C.	28 206 598 47	33 942 713 34	31 875 339 50
Compras M. P. S. C.	24 289 393 20	25 387 356 50	102 455 728 50
Reg. existências...	—	(1 480 396 78)	93 135 38
Exist. finais M. P. S. C.	33 942 713 34	31 875 339 50	37 438 885 23
	18 553 278 33	25 974 333 56	96 985 318 15
CIPFV	—	—	834 800 00
Sub-contratos ...	—	—	8 832 427 80
Fornec. e serv. terc.	6 542 699 70	4 834 114 40	114 121 30
Impostos indir. ...	39 672 20	122 375 20	272 560 00
Imp. directos... ..	7 688 00	204 240 00	34 466 761 60
Desp. c/o pessoal.	15 198 522 40	18 891 486 30	7 657 195 20
Desp. financeiras.	2 878 872 69	3 418 268 80	652 223 90
Out desp. e enc.	653 164 50	455 849 50	3 452 288 28
Amort. do exerc.	3 472 225 38	3 487 823 64	8 337 160 59
Prov. do exerc. ...	6 926 386 03	9 311 578 10	3 100 825 39
Perdas extra expl.	307 526 50	5 165 509 01	—
Resultados líquidos	3 245 995 30	3 391 011 79	17 072 504 12
Total	57 826 066 94	75 256 590 30	181 778 186 33
M-e i o s libertos brutos	13 644 606 71	16 190 413 53	28 861 952 99
M-e i o s libertos líquidos	12 269 400 00	14 281 400 00	25 631 466 29

Indicadores de análise económica (%)

	1983	1984	1985
Vendas líquidas ...	100	100	100
Variações de exist. p. a. e t. em c.	15,6	17,6	(2,8)
Trab. p/a pr. empr.	—	—	—
Subsídios dest. a expl. ...	—	0,7	—
Receitas supl. ...	—	—	—
Rec. financ. corr.	—	—	—
Outras rec. ...	—	—	—
Utilização de prov.	—	11,7	0,4
Ganhos extra expl.	—	30,2	5,1
Compras ...	48,6	54,1	57,9
Varição exist. M. P. S. C. ...	(11,5)	1,2	(3,1)
Sub-contratos ...	—	—	0,5
CIPVF ...	37,1	55,3	55,3
Fornec. e ser. terc.	13,1	10,3	5,0
Impostos ...	0,1	0,7	0,2
Desp. c/o pessoal.	30,4	40,2	19,5
Desp. financeiras:	5,8	7,3	4,3
Outras desp. e enc. ...	1,3	1,0	0,4
Amort. do exerc.	6,9	7,4	2,0
Prov. do exerc. ...	13,8	19,8	4,7
Perdas extr: expl.	0,6	11,0	1,8
Resultados líquidos ...	6,5	7,2	9,7
Exist. finais M. P. S. C. ...	67,9	67,9	21,1
Exst: fin. prod. A. T. C. ...	49,0	70,2	15,9
Total exist.	116,9	138,1	37,0
Activo ...	173,8	171,1	53,6
T x. crescimento vendas ... (v:v./v.v. 83)	100	94	354
Crescimento do activo ... (A/A, 83)	100	92,5	109,1

Rácios de análise económico — financeira

	1983	1984	1985
Rentabil. das vendas (RL/VV) ... x 100	6,5	7,2	9,7
Rotação do activo (V.V./A.) ... x 100	57,5	58,4	186,7
Autonomia financeira (A/C. Pr.) ... x 100	4,35	3,66	2,37
Rentab. dos cap. próp. RL/C. Pr. ... x 100	16,3	15,4	42,7
Cobertura do imob. (C. P./imob.) ...	2,95	2,60	3,18
Capacid. de endivid. (C. P./C Pr.) ...	3,10	2,08	1,48
Solvabilidade geral (C. Pr./C. A.) ... x 100	29,8	37,6	73,0

	1983	1984	1985
Rentab. econ. do act. (RL + Enc. Fin.)/A. ... x 100	7,0	8,5	26,1
Autofin. do activo (Auto./A.) ... x 100	14,1	17,8	26,7
Liquidéz geral (C. C./D. C. P.) ... x 100	263,2	181,8	213,9
Liquidéz reduzida (D+Cr. C. Pr.)/DCP ... x 100	57,5	25,2	* 46,9
Fundo maneo (1 000\$00) ...	40.837,0	28.241,0	40.539,7
Prazo méd. pagtos. (forn./compr.) ... x 360	19,5	79	22
Prazo méd. recebim. cliente (V. V. —) ... x 360	59	39	22
Meios lib. brutos (1 000\$00) Autofinancia./o M. L. B. (Div.+Grat.) ...	13.643,7	16.190,4	28.835,0
Crescimento das vendas (V. V./V.V. - 83) ... x 100	12.269,4	14.281,4	25.631,5
Crescimento aos res. (RL/RL - 83) ...	100	94	354
Rentabilid. das acções Div/Val. Acc. ... x 100	10,0	12,5	23,0

C. Pr. — Capitais Próprios
C. P. — Capitais Permanentes
D — Disponível

O Director Financeiro, A. *Edgard Barros*.

Senhores Accionistas:

Como da lei estatutária, analisámos os documentos que o Conselho de Administração apresenta, respeitantes ao exercício de 1985, tendo verificado o seguinte:

- A contabilidade, o balanço e o relatório, a que se juntou o relatório da Direcção-Geral de empresa, são bem claros a demonstrar o incremento que tem sido dado às Confecções Morabeza e satisfazem plenamente as condições estatutárias e legais;
- Os critérios adoptados correspondem a uma exacta avaliação social e dos resultados que o balanço apresenta, pelo que damos o nosso pleno acordo.

Foi com vivo interesse que acompanhámos todo o zelo, competência e melhor boa vontade que o Conselho de Administração soube imprimir às actividades da empresa, o que registamos com todo o agrado. Queremos, de igual forma, destacar o esforço desenvolvido pelo director-geral da empresa que, apoiado pela generalidade dos seus colaboradores, souberem levar a que a empresa tivesse obtido os resultados compensadores alcançados no exercício.

Regista-se e salinta-se o expressivo volume das vendas que tiveram efeitos arrastadores na generalidade dos indicadores de «performance», revelando o elevado grau de viabilidade da empresa no caso de se manterem as condições que permitam a manutenção do mercado interno.

A concluir, somos de parecer:

- Que aproveis os relatórios apresentados pelo Conselho de Administração e pela Direcção-Geral, bem como o balanço e contas do exercício;
- Que, igualmente, aproveis a distribuição dos resultados que apresenta o Conselho de Administração;
- Que aproveis um voto de louvor ao Conselho de Administração, à Direcção-Geral, e aos trabalhadores da empresa em geral.

Mindelo, 7 de Março de 1986. — O Conselho Fiscal, *Damiana da Luz Lopes Crato Monteiro — Benvido Camilo Silva — Nuno Álvares Vasconcelos*.

(268)